

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	48
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	52
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	53
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.115
Preferenciais	710
Total	4.825
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	250.032	322.728	206.557
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	678	3.488	20.965
1.01.01	Caixa	463	469	1.213
1.01.02	Aplicações de Liquidez	215	3.019	19.752
1.02	Ativos Financeiros	238.277	307.545	174.130
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	165.202	183.278	116.072
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	165.202	183.278	116.072
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	73.075	124.267	58.058
1.02.04.04	Operações de Crédito	73.120	124.537	58.254
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-45	-270	-196
1.03	Tributos	3.085	4.086	4.061
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	181	167	10
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	2.733	3.714	3.818
1.03.03	Outros	171	205	233
1.04	Outros Ativos	7.446	7.461	7.401
1.04.03	Outros	7.446	7.461	7.401
1.04.03.01	Despesas Antecipadas	202	198	576
1.04.03.02	Outros Créditos	7.244	7.263	6.825
1.05	Investimentos	546	148	0
1.05.01	Participações em Coligadas	546	148	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	250.032	322.728	206.557
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	96.414	178.000	70.096
2.02.01	Depósitos	85.015	155.975	53.697
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	50.808	124.987	0
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	34.207	30.988	53.697
2.02.04	Outras Captações	11.399	22.025	16.399
2.02.04.01	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11.399	22.025	16.399
2.03	Provisões	7.146	7.993	6.199
2.03.01	Provisão para Outros Passivos	7.146	7.993	6.199
2.04	Passivos Fiscais	6.411	6.007	3.378
2.04.01	Correntes	2.192	2.379	658
2.04.02	Diferidos	4.219	3.628	2.720
2.05	Outros Passivos	7.931	2.107	1.754
2.05.01	Sociais e Estatutárias	7.562	1.717	1.471
2.05.02	Provisão para Pagamentos a Efetuar	114	87	188
2.05.03	Valores a Pagar à Sociedades Ligadas	239	257	70
2.05.04	Credores Diversos - No País	16	46	25
2.07	Patrimônio Líquido	132.130	128.621	125.130
2.07.01	Capital Social Realizado	82.028	82.028	82.028
2.07.02	Reservas de Capital	9.000	9.000	9.000
2.07.04	Reservas de Lucros	35.954	33.168	30.786
2.07.04.01	Reserva Legal	5.506	5.018	4.849
2.07.04.02	Reserva Estatutária	30.448	28.150	25.937
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	5.148	4.425	3.316

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	41.449	18.532	11.210
3.01.01	Operações de Crédito	16.152	7.282	2.695
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	25.297	11.250	8.515
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-19.317	-6.030	-2.108
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-19.542	-5.956	-2.123
3.02.02	(Provisão) / Reversão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	225	-74	15
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	22.132	12.502	9.102
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-9.264	-6.648	-5.093
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	2.634	4.679	3.488
3.04.02.01	Receitas de Prestações de Serviços - Diversas	2.634	4.607	3.425
3.04.02.02	Rendas de Tarifas Bancárias	0	72	63
3.04.03	Despesas com Pessoal	-6.133	-5.636	-5.183
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-6.329	-2.901	-2.832
3.04.05	Despesas Tributárias	-959	-795	-711
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	334	363	660
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	1.116	-2.256	-515
3.04.07.01	Outras Despesas Operacionais	-80	-43	-515
3.04.07.02	Reversões / (Despesas) de Provisões	1.196	-2.213	0
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	73	-102	0
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	12.868	5.854	4.009
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.109	-2.478	-1.555
3.06.01	Corrente	-2.412	-2.743	-1.101
3.06.02	Diferido	-697	265	-454
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	9.759	3.376	2.454
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	9.759	3.376	2.454
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	9.759	3.376	2.454
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	8,09	2,798	2,034
3.99.01	Lucro Básico por Ação	4,045	1,399	1,017

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99.01.01	ON	2,0225	0,6997	0,5086
3.99.01.02	PN	2,0225	0,6997	0,5086
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	4,045	1,399	1,017
3.99.02.01	ON	2,0225	0,6997	0,5086
3.99.02.02	PN	2,0225	0,6997	0,5086

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	9.759	3.376	2.454
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	723	1.109	594
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	723	1.109	594
4.02.01.01	Títulos Disponíveis para Venda - Próprios	1.314	2.017	1.080
4.02.01.02	Efeito Fiscal	-591	-908	-486
4.04	Resultado Abrangente do Período	10.482	4.485	3.048

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-46.146	39.032	-2.722
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	11.278	8.124	4.140
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	12.868	5.854	4.177
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	-1.590	2.270	-37
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-57.424	30.908	-6.862
6.01.02.01	Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	0	0	1.083
6.01.02.02	(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	-25.378	-10.999	-8.430
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Operações de Crédito	51.417	-66.284	-26.240
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Outros Créditos	422	-78	392
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	-5	379	371
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Depósitos	-70.960	102.278	11.685
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-10.626	5.626	15.345
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	804	1.009	-339
6.01.02.09	(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	0	0	-1
6.01.02.10	Impostos de Renda e Contribuição Social Pagos	-3.098	-1.023	-728
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	43.853	-55.348	11.126
6.02.01	Aquisição de Participação Societária	-325	-250	0
6.02.02	Aquisição de Títulos Diponíveis para Venda	-62.006	-96.981	-98.375
6.02.03	Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	106.184	41.883	109.501
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-517	-1.161	-833
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-517	-1.161	-833
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.810	-17.477	7.571
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.488	20.965	13.394
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	678	3.488	20.965

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	82.028	9.000	33.168	0	0	4.425	128.621
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	82.028	9.000	33.168	0	0	4.425	128.621
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-6.973	0	-6.973
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-6.973	0	-6.973
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	9.759	723	10.482
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	9.759	0	9.759
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	723	723
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	1.314	1.314
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-591	-591
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.786	0	-2.786	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.786	0	-2.786	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	488	0	-488	0	0
5.06.01.02	Reserva Estatutária	0	0	2.298	0	-2.298	0	0
5.07	Saldos Finais	82.028	9.000	35.954	0	0	5.148	132.130

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	82.028	9.000	30.786	0	0	3.316	125.130
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	82.028	9.000	30.786	0	0	3.316	125.130
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-994	0	-994
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-994	0	-994
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	3.376	1.109	4.485
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	3.376	0	3.376
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	1.109	1.109
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	2.017	2.017
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-908	-908
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.382	0	-2.382	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.382	0	-2.382	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	169	0	-169	0	0
5.06.01.02	Reserva Estatutária	0	0	2.213	0	-2.213	0	0
5.07	Saldos Finais	82.028	9.000	33.168	0	0	4.425	128.621

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	82.028	9.000	29.326	0	0	2.722	123.076
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	82.028	9.000	29.326	0	0	2.722	123.076
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-994	0	-994
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-994	0	-994
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	2.454	594	3.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	2.454	0	2.454
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	594	594
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	1.080	1.080
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-486	-486
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.460	0	-1.460	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.460	0	-1.460	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	123	0	-123	0	0
5.06.01.02	Reserva Estatutária	0	0	1.337	0	-1.337	0	0
5.07	Saldos Finais	82.028	9.000	30.786	0	0	3.316	125.130

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	45.475	21.260	14.815
7.01.01	Intermediação Financeira	41.449	18.532	11.210
7.01.02	Prestação de Serviços	2.634	4.679	3.488
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	225	-74	15
7.01.04	Outras	1.167	-1.877	102
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-19.542	-5.956	-2.123
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.329	-2.901	-2.832
7.03.02	Serviços de Terceiros	-3.651	-1.754	-1.504
7.03.04	Outros	-2.678	-1.147	-1.328
7.03.04.01	Processamento de Dados	-65	-94	-65
7.03.04.02	Propaganda, Publicidade e Publicações	-265	-206	-235
7.03.04.03	Serviços do Sistema Financeiro	-154	-114	-263
7.03.04.04	Outros	-2.194	-733	-765
7.04	Valor Adicionado Bruto	19.604	12.403	9.860
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	19.604	12.403	9.860
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	73	-102	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	73	-102	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	19.677	12.301	9.860
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	19.677	12.301	9.860
7.09.01	Pessoal	5.053	4.712	4.326
7.09.01.01	Remuneração Direta	4.722	4.285	3.920
7.09.01.02	Benefícios	270	299	325
7.09.01.03	F.G.T.S.	61	128	81
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.865	4.213	3.080
7.09.02.01	Federais	4.783	4.069	2.970
7.09.02.03	Municipais	82	144	110
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	9.759	3.376	2.454
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.973	994	994

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.786	2.382	1.460

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2022**

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil de Investimentos S.A.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A conjuntura global caracterizou-se por importante desaceleração no ritmo da atividade econômica. O crescimento do PIB foi da ordem de 3,0%, ante 5,7% no ano anterior, em cenário de conflitos geopolíticos, pressões inflacionárias e política monetária restritiva em importantes países.

No Brasil, o PIB alcançou crescimento de 2,9% em 2022, ante 5,0% no ano anterior. O dinamismo da atividade econômica foi favorecido pela desoneração fiscal em importantes setores da economia, pelo emprego em alta e pelas transferências governamentais. Nesse cenário, o desempenho do setor de serviços foi o principal responsável pela expansão do PIB.

Por outro lado, o comércio varejista ampliado, que inclui veículos, partes, peças e material de construção, e o setor industrial apresentaram baixo desempenho em 2022. A queda de 0,6% do comércio varejista ampliado e de 0,7% na produção industrial corroboram a fraca performance desses setores.

Quanto à evolução dos preços na economia, após bem-sucedida política monetária contracionista, conjugada com redução de impostos sobre combustíveis, a inflação posicionou-se em 5,79%, ante 10,06% do ano anterior. No que tange à política monetária, a taxa Selic foi elevada gradativamente e alcançou 13,75% ao ano em agosto de 2022.

No Sistema Financeiro Nacional, o crescimento do crédito foi de 14,0%. As provisões para risco de crédito de 5,8% em dezembro de 2021 elevaram-se gradativamente e posicionaram-se em 6,0% em dezembro de 2022. Para 2023, projeções oficiais recentes apontam para crescimento nominal do saldo de crédito a ordem de 8,0%.

CONTEXTO CORPORATIVO E DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O BMI é controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. e tem entre suas principais atividades ofertar aos clientes produtos estruturados típicos de mercado de capitais, tais como Certificados de Recebíveis do Agronegócio ou Imobiliário (CRA, CRI), fundos de direitos creditórios (FIDC), securitizações, emissões de valores mobiliários, como debêntures ou notas promissórias, além de assessorar operações de fusões e aquisições (M&A) ou ainda realizar financiamentos estruturados com características de mercado de capitais (*Corporate Finance*). O BMI conta com equipe experiente e com amplo conhecimento no mercado, originando também outras oportunidades de negócios diretamente com clientes ou em parceria com outras instituições financeiras.

Em 2022, o BMI atuou na estruturação e distribuição de emissões no mercado de capitais, na condição de coordenador líder e como coordenador contratado, conforme segue:

Coordenador Líder

Estruturação e distribuição de três emissões de CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), sob o regime da ICVM 476/2009, com garantia firme parcial e melhores esforços no valor de R\$ 120,5 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Estruturação e distribuição de Notas Comerciais em oferta pública sob regime da ICVM 476 no valor de R\$ 30 milhões.

Coordenador contratado

Estruturação e distribuição de emissão de dois CRAs, sob o regime da ICVM 476/2009, em melhores esforços no valor de R\$ 488 milhões.

Estruturação e distribuição de emissão de um CRA sob regime da ICVM 476 no valor de R\$ 80 milhões.

O gerenciamento da estrutura de capital e o cálculo dos limites operacionais do BMI são realizados em conjunto com o Controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A., em conformidade com as Resoluções CMN nºs 4.557/2017 e 4.192/2013.

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 15,21%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 17.

A gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado, operacional e socioambiental é, também, centralizada no Controlador, que dispõe de estruturas para gerenciamento desses riscos, em conformidade com as normas em vigor. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 18.

• Desempenho Econômico-Financeiro

O Ativo total posicionou-se em R\$ 250,0 milhões (R\$ 322,7 milhões em dezembro de 2021) e as aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários somam R\$ 165,4 milhões (R\$ 186,3 milhões em dezembro de 2021).

As operações de crédito totalizaram R\$ 73,1 milhões (R\$ 124,3 milhões em dezembro de 2021), e 100% estão classificadas nas faixas de menor risco de crédito, de "AA" até "C".

As captações de recursos, distribuídas entre depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros, Letras de Crédito do agronegócio e Letras de Crédito Imobiliário, totalizaram R\$ 96,4 milhões (R\$ 178,0 milhões em dezembro de 2021).

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R\$ 132,1 milhões e o Lucro Líquido foi de R\$ 9,8 milhões, ante R\$ 3,4 milhão em igual período de 2021, crescimento da ordem de 189,0%.

No exercício de 2022, foram declarados dividendos, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 7,0 milhões, correspondentes a R\$ 5,9 milhões líquidos do imposto de renda, sendo R\$ 1,351181 por ação preferencial e R\$ 1,207149 por ação ordinária, também líquidos do imposto de renda.

O Resultado Operacional alcançou R\$ 12,9 milhões, crescimento de 120,0%. Nas receitas operacionais, as receitas de prestação de serviços posicionaram-se em R\$ 2,6 milhões.

No que tange às demais receitas e despesas, detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 14.1 e seguintes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Demonstrações Financeiras no Padrão Contábil Internacional (IFRS)**

O BMI apresenta suas demonstrações financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A., em conformidade com as normas em vigor. Maiores informações estão disponíveis na nota explicativa nº 19.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, o BMI vem informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, registramos agradecimento aos acionistas e clientes, pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores pelo compromisso para com as metas e objetivos do Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Belo Horizonte, março de 2023.

Administração

Notas Explicativas

Apresentamos às Demonstrações Financeiras Contábeis Individuais do Banco Mercantil de Investimentos S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

As informações preenchidas nos quadros individuais, estão em conformidade com o sistema padronizado da CVM, cuja apresentação das contas é diferente ao modelo adotado pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas



Demonstrações Financeiras Individuais

Preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Dezembro de 2022

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em R\$ Mil

A T I V O	Nota	Exercícios	
		2022	2021
DISPONIBILIDADES		463	469
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		238.492	310.564
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	215	3.019
Títulos e Valores Mobiliários	5	165.202	183.278
Operações de Crédito		73.075	124.267
Setor Privado	6.1	73.120	124.537
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	6.3	(45)	(270)
ATIVOS FISCAIS		3.085	4.086
Correntes	7.1	352	372
Diferidos	7.2	2.733	3.714
OUTROS ATIVOS		7.446	7.461
Outros Valores e Bens		202	198
Despesas Antecipadas	8.3	202	198
Outros Créditos		7.244	7.263
Rendas a Receber		-	692
Adiantamentos e Antecipações Salariais		15	4
Devedores por Depósitos em Garantia	8.1	7.229	6.567
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito	8.2	1.306	1.306
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	6.3	(1.306)	(1.306)
INVESTIMENTOS		546	148
Participação Societária	9	546	148
TOTAL DO ATIVO		250.032	322.728

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em R\$ Mil

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Exercícios	
		2022	2021
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		96.414	178.000
Depósitos	10.1	85.015	155.975
Depósitos Interfinanceiros		50.808	124.987
Depósitos a Prazo		34.207	30.988
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	10.2	11.399	22.025
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		11.399	22.025
PROVISÕES		7.146	7.993
Provisão para Outros Passivos	11.a	7.146	7.993
PASSIVOS FISCAIS	12.2	6.411	6.007
Correntes		2.192	2.379
Diferidos		4.219	3.628
OUTROS PASSIVOS		7.931	2.107
Sociais e Estatutárias	12.1	7.562	1.717
Provisão para Pagamentos a Efetuar		114	87
Valores a Pagar à Sociedades Ligadas	15.1	239	257
Credores Diversos - no País		16	46
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	132.130	128.621
Capital Social	13.1	82.028	82.028
Reservas de Capital	13.2	9.000	9.000
Reservas de Lucros	13.2	35.954	33.168
Reserva Legal		5.506	5.018
Reservas Estatutárias		30.448	28.150
Outros Resultados Abrangentes		5.148	4.425
Ajustes de Avaliação Patrimonial		5.148	4.425
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		250.032	322.728

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R\$ Mil

	Nota	2º Semestre 2022	Exercícios 2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		21.040	41.449	18.532
Operações de Crédito	6.1	7.585	16.152	7.282
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.2	13.455	25.297	11.250
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(9.604)	(19.542)	(5.956)
Operações de Captação no Mercado	10.3	(9.604)	(19.542)	(5.956)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		11.436	21.907	12.576
PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	6.3	35	225	(74)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		11.471	22.132	12.502
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(5.212)	(9.264)	(6.656)
Receitas de Prestação de Serviços	14.1	650	2.634	4.679
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas		650	2.634	4.607
Rendas de Tarifas Bancárias		-	-	72
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	180	73	(102)
Despesas de Pessoal	14.2	(3.250)	(6.133)	(5.636)
Outras Despesas Administrativas	14.3	(2.302)	(6.329)	(2.901)
Despesas Tributárias	14.4	(459)	(959)	(795)
Outras Receitas Operacionais	14.5	115	334	355
Outras Despesas Operacionais		(36)	(80)	(43)
Reversões / (Despesas) de Provisões	14.6	(110)	1.196	(2.213)
RESULTADO OPERACIONAL		6.259	12.868	5.846
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	8
Receitas		-	-	8
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		6.259	12.868	5.854
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.3	41	(3.109)	(2.478)
Provisão para Imposto de Renda		(8)	(1.427)	(1.538)
Provisão para Contribuição Social		54	(985)	(1.205)
Ativo Fiscal Diferido	7.2.b	(5)	(697)	265
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		6.300	9.759	3.376
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)				
Ações ordinárias		1,3056	2,0225	0,6997
Ações preferenciais		1,3056	2,0225	0,6997
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)				
Ações ordinárias		5.373	8.323	2.879
Ações preferenciais		927	1.436	497
Número de Ações em Circulação - básico e diluído				
Ações ordinárias		4.115.057	4.115.057	4.115.057
Ações preferenciais		710.143	710.143	710.143

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	2º Semestre 2022	<i>Em R\$ Mil</i> Exercícios	
		2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	6.300	9.759	3.376
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(425)	723	1.109
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	(425)	723	1.109
Títulos Disponíveis para Venda - Próprios	(773)	1.314	2.017
Efeito Fiscal	348	(591)	(908)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	5.875	10.482	4.485

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R\$ Mil

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 01/01/2021	82.028	9.000	4.849	25.937	3.316	-	125.130
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	1.109	-	1.109
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	3.376	3.376
Destinações:							
Reservas	-	-	169	2.213	-	(2.382)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(994)	(994)
SALDOS EM 31/12/2021	82.028	9.000	5.018	28.150	4.425	-	128.621
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	169	2.213	1.109	-	3.491
SALDOS EM 01/01/2022	82.028	9.000	5.018	28.150	4.425	-	128.621
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	723	-	723
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	9.759	9.759
Destinações:							
Reservas	-	-	488	2.298	-	(2.786)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(6.973)	(6.973)
SALDOS EM 31/12/2022	82.028	9.000	5.506	30.448	5.148	-	132.130
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	488	2.298	723	-	3.509
SALDOS EM 01/07/2022	82.028	9.000	5.018	28.150	5.573	2.637	132.406
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(425)	-	(425)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	6.300	6.300
Destinações:							
Reservas	-	-	488	2.298	-	(2.786)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(6.151)	(6.151)
SALDOS EM 31/12/2022	82.028	9.000	5.506	30.448	5.148	-	132.130
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	488	2.298	(425)	(2.637)	(276)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Método Indireto

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R\$ Mil

	2º Semestre 2022	Exercícios 2022 2021	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.259	12.868	5.854
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(171)	(1.590)	2.270
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	112	(1.193)	2.213
Atualizações Monetárias Ativas	(68)	(99)	(119)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(35)	(225)	74
Resultado de Equivalência Patrimonial	(180)	(73)	102
Lucro Líquido Ajustado	6.088	11.278	8.124
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(12.926)	(25.378)	(10.999)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	16.565	51.417	(66.284)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(239)	422	(78)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	225	(5)	379
Aumento (Redução) em Depósitos	(48.137)	(70.960)	102.278
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(5.287)	(10.626)	5.626
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	228	804	1.009
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações	(43.483)	(43.048)	40.055
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(806)	(3.098)	(1.023)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(44.289)	(46.146)	39.032
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Aquisição de Participação Societária	(325)	(325)	(250)
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(33.000)	(62.006)	(96.981)
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	75.385	106.184	41.883
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	42.060	43.853	(55.348)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(517)	(1.161)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	-	(517)	(1.161)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(2.229)	(2.810)	(17.477)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	2.907	3.488	20.965
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	678	678	3.488
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(2.229)	(2.810)	(17.477)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2022 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em R\$ Mil

	2º Semestre	Exercícios	
	2022	2022	2021
1 - RECEITAS	21.551	45.475	21.260
Intermediação Financeira	21.040	41.449	18.532
Prestação de Serviços	650	2.634	4.679
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	35	225	(74)
Outras	(174)	1.167	(1.877)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(9.604)	(19.542)	(5.956)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.302)	(6.329)	(2.901)
Serviços de Terceiros	(1.790)	(3.651)	(1.754)
Outros	(512)	(2.678)	(1.147)
Processamento de Dados	(33)	(65)	(94)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(66)	(265)	(206)
Serviços do Sistema Financeiro	(77)	(154)	(114)
Outros	(336)	(2.194)	(733)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	9.645	19.604	12.403
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	-	-
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	9.645	19.604	12.403
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	180	73	(102)
Resultado de Equivalência Patrimonial	180	73	(102)
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	9.825	19.677	12.301
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9.825	19.677	12.301
Pessoal	2.722	5.053	4.712
Remuneração Direta	2.535	4.722	4.285
Benefícios	150	270	299
FGTS	37	61	128
Impostos, Taxas e Contribuições	803	4.865	4.213
Federais	782	4.783	4.069
Municipais	21	82	144
Remuneração de Capitais Próprios	6.300	9.759	3.376
Juros sobre o Capital Próprio	6.151	6.973	994
Lucros Retidos do Período	149	2.786	2.382

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil de Investimentos S.A. (Banco) é controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. e realiza suas atividades operacionais com foco no financiamento de capital às atividades produtivas a curto, médio e longo prazos. A sede do Banco está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco Mercantil de Investimentos S.A. em 07/03/2023.

2.2. Reclassificação de Informações Comparativas

Foram realizadas reclassificações em dezembro de 2021 na Demonstração do Resultado do período conforme segue:

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

De	Para	Valores
Participações no lucro	Despesas de pessoal	742
Despesas de pessoal	Reversões / (Despesas) de Provisões	(23)
Despesas tributárias	Reversões / (Despesas) de Provisões	(176)
Outras receitas operacionais	Reversões / (Despesas) de Provisões	12
Outras despesas operacionais	Reversões / (Despesas) de Provisões	(2.026)

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- I. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- II. Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção, ou obrigação, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- III. Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos, na data da negociação, no resultado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 18.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

c) Impostos e Contribuições

- Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21. No primeiro semestre de 2022 foi editada a MP nº 1.115/22, que majorou a alíquota da CSL em 1%, passando de 20% para 21% no período de agosto/22 a dezembro/22. No segundo semestre de 2021 a alíquota da contribuição social foi majorada em 5%, passando de 20% para 25% no período de julho a dezembro de 2021, nos termos da Medida Provisória nº 1.034/21, para o setor bancário.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

d) Investimentos

As participações em sociedades coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

f) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- I. Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- II. Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- III. Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- IV. Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Contemplam também as obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

g) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial.

h) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 13.4.).

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2022 e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

i) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução CMN nº 4.872/20, os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

j) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

k) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- i. Provisão para perdas esperadas (*Impairment*): o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- ii. Valor justo dos ativos e passivos financeiros: a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- iii. Ativos e Passivos Contingentes: As contingências do Banco são registradas quando, de acordo com estudos técnicos realizados por assessores jurídicos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- iv. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos; os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa são como segue:

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Disponibilidades	463	469
Aplicações interfinanceiras de liquidez	215	3.019
Total	678	3.488

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Aplicações no mercado aberto – Posição Bancada	215	3.019
Letras Financeiras do Tesouro	215	-
Letras do Tesouro Nacional	-	3.019
Total	215	3.019

5. TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

a) Composição dos títulos e valores mobiliários

Descrição	Dez / 2022		Dez / 2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	155.840	165.202	175.232	183.278
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	-	15.878	15.878
Cotas de Fundos Imobiliários	25.359	34.721	27.556	35.602
Certificado de Recebíveis Imobiliários	28.458	28.458	30.301	30.301
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	100.729	100.729	90.706	90.706
Debêntures	1.294	1.294	10.791	10.791
Total Geral	155.840	165.202	175.232	183.278
Total Contábil	-	165.202	-	183.278
Circulante	-	37.043	-	32.377
Não circulante	-	128.159	-	150.901

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

b) Títulos e Valores Mobiliários por prazo

Descrição	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Total
Títulos / Vencimentos								
Títulos Disponíveis para Venda	37.041	4.950	53.391	16.859	3.358	14.882	34.721	165.202
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	-	-	34.721	34.721
Certificado de Recebíveis Imobiliários	6.177	1.200	2.841	-	3.358	14.882	-	28.458
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	29.570	3.750	50.550	16.859	-	-	-	100.729
Debêntures	1.294	-	-	-	-	-	-	1.294
Total em 31/12/2022	37.041	4.950	53.391	16.859	3.358	14.882	34.721	165.202
Total em 31/12/2021	32.377	4.491	63.049	5.100	26.656	16.003	35.602	183.278

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

As Cotas de participação da CIP em 2021, eram registradas de acordo o valor atual do patrimônio social da CIP conforme informado pela Clearing na data de fechamento. Em dezembro de 2022, houve a reclassificação dos títulos para o grupo de outros investimentos, decorrente do processo de desmutualização e aumento de capital na participação acionária na CIP S/A, que passa a ser controladora da CIP e passamos a deter o mesmo percentual na CIP S/A.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

c) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os Resultados dos Títulos e valores mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários", e são representados, basicamente, com o resultado dos títulos de renda fixa.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por produto

Descrição	AA	A	Dez / 2022	Dez / 2021
Capital de giro	64.209	8.911	73.120	124.537
Total	64.209	8.911	73.120	124.537
Circulante	29.624	7.348	36.972	63.092
Não circulante	34.585	1.563	36.148	61.445

As Receitas com Operações de Créditos montam em R\$ 16.152 (R\$ 7.282 em dezembro de 2021).

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

Descrição	AA	A	C	Total	%
Parcelas vincendas	64.209	8.911	-	73.120	100,00
01 a 30 dias	2.363	740	-	3.103	4,24
31 a 60 dias	3.114	737	-	3.851	5,27
61 a 90 dias	2.332	733	-	3.065	4,19
91 a 180 dias	7.716	1.993	-	9.709	13,28
181 a 360 dias	14.099	3.145	-	17.244	23,58
Acima de 360 dias	34.585	1.563	-	36.148	49,44
Vencidas até 14 dias	-	-	-	-	-
Total em 31/12/2022	64.209	8.911	-	73.120	100,00
Total em 31/12/2021	76.717	46.585	-	123.302	100,00
Curso Normal					
Total em 31/12/2022	-	-	-	-	-
Total em 31/12/2021	-	-	1.235	1.235	100,00
Curso Anormal					
Total em 31/12/2022	64.209	8.911	-	73.120	100,00
Total em 31/12/2021	76.717	46.585	1.235	124.537	100,00

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

c) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Com característica de concessão de crédito		
Saldos no início dos exercícios	270	196
Constituição de provisão	2	244
Reversão de provisão	(227)	(170)
Saldos no final dos exercícios	45	270
Sem característica de concessão de crédito		
Saldos no início dos exercícios	1.306	1.306
Constituição de provisão	-	-
Saldos no final dos exercícios	1.306	1.306
Efeito no resultado	(225)	74
Total	1.351	1.576
Circulante	23	137
Não circulante	1.328	1.439

7. ATIVOS FISCAIS**7.1. Correntes - Impostos a compensar**

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽¹⁾	181	167
Impostos e contribuições retidos na fonte	171	205
Total	352	372
Circulante	95	205
Não circulante	257	167

⁽¹⁾ O BMI é titular de valores a compensar a título de repetição de indébito sob amparo de ação judicial referente a exclusão na base de cálculo do IRPJ e CSLL de juros equivalentes a taxa selic sobre valores reconhecidos de créditos judiciais já transitados em julgado.

7.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Composição dos créditos tributários

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Base de Cálculo - Imposto de Renda	5.766	7.313
Diferenças temporárias	5.766	7.313
Total do efeito do Imposto de Renda	1.442	1.828
Base de Cálculo - Contribuição Social	5.766	7.313
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	5.766	7.313
Efeito da CSL	1.152	1.463
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	139	423
Total do efeito da Contribuição Social	1.291	1.886
Total – Não Circulante	2.733	3.714

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

b) Movimentação dos créditos tributários:

Crédito Tributário	Diferenças temporárias	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾
Imposto de Renda		
Saldos em 31/12/2021	1.828	-
Constituição	70	-
Realização	(456)	-
Efeito líquido no resultado	(386)	-
Saldos em 31/12/2022	1.442	-
Contribuição Social		
Saldos em 31/12/2021	1.463	423
Constituição	54	-
Realização	(365)	(292)
Reclassificação	-	8
Efeito líquido no resultado	(311)	-
Saldos em 31/12/2022	1.152	139
Total	2.594	139

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

c) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de valores sob decisões judiciais montam em R\$ 1.684 (R\$ 2.223 em dezembro de 2021) e estão ativados com realização prevista até 2027.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro a seguir.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, são calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Exercícios	Realização do Crédito Tributário					
	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Dez / 2022	Dez / 2021
2022	-	-	-	-	-	357
2023	-	-	131	131	131	261
2024	10	7	-	7	17	4
2025	2	1	-	1	3	-
2026	-	-	-	-	-	3.092
2027	1.430	1.144	8	1.152	2.582	-
Total	1.442	1.152	139	1.291	2.733	3.714
Valor Presente	811		769		1.580	2.913

Como citado anteriormente, o Banco registrou créditos tributários sobre diferenças temporárias, de acordo com os requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentações complementares. A realização dos créditos tributários dependerá da efetivação das projeções de lucros futuros previstos no estudo técnico elaborado pela Administração em dezembro de 2022 e aprovado pelo Conselho de Administração. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a realização de lucros contábeis.

7.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Resultado antes dos impostos	12.868	5.854
Alíquota nominal	45%	45%
Despesa nominal	(5.791)	(2.635)
Ajustes à despesa nominal	2.643	147
Dedução do incentivo fiscal ⁽¹⁾	39	10
Despesas com IRPJ / CSL	(3.109)	(2.478)

⁽¹⁾ Refere-se ao benefício fiscal no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT).

8. OUTROS ATIVOS

8.1. Devedores por depósitos em garantia

Referem-se a questionamentos judiciais de ordem tributária *sub judice*, trabalhistas e cíveis. As eventuais provisões cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão registradas e classificadas na rubrica "Provisão para outros passivos" (vide nota nº 11.b).

Créditos a recuperar "*sub judice*"

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, a partir de fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo desse tributo foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior a título de COFINS. O Banco, por entender que a referida majoração da base de cálculo da COFINS era inconstitucional, impetrou na época Ação Judicial requerendo a suspensão do pagamento da COFINS sobre a base de cálculo estendida. Na avaliação de seus consultores

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

jurídicos externos o êxito dessa ação é muito provável. Logo, caso o desfecho desta ação, que se encontra em curso, seja favorável, o montante do crédito a ser reconhecido será de R\$ 12.265 (R\$ 11.667 em dezembro de 2021).

8.2. Títulos e créditos a receber

Refere-se, basicamente, aos precatórios a receber do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, que monta em R\$ 1.306 (R\$ 1.306 em dezembro de 2021), que estão totalmente provisionados (vide nota nº 6.3.).

8.3. Despesas antecipadas

Referem-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

9. INVESTIMENTOS

Participação societária Domo Digital Tecnologia S.A.

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Capital social subscrito e integralizado	11.500	5.000
Quantidade de ações integralizadas	575.000	250.000
Patrimônio líquido ajustado	10.913	2.955
Resultado do período	1.458	(2.045)
Participação no capital integralizado	5%	5%
Integralização de capital em coligadas	325	-
Resultado da equivalência patrimonial	73	(102)
Valor dos investimentos	546	148

Domo Digital Tecnologia S.A. – Empresa na qual o Banco Mercantil de Investimentos detém 5% do capital social sem controlá-la, que faz parte do mesmo grupo Mercantil do Brasil, em conformidade com o artigo 248 da Lei 6.404/76.

Em AGE de 16 de Novembro de 2022, foi deliberado o aumento de capital social da DOMO Digital Tecnologia S.A, no valor de R\$ 6.500, com emissão de 6.500.000 novas ações ordinárias nominativas escriturais ao preço de emissão de R\$ 1,00 real por ação. Assim, o acionista Banco Mercantil de Investimentos S.A. subscreveu e integralizou 325.000 ações, no valor de R\$ 325.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****10. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS****10.1. Depósitos**

Depósitos	Vencimento			Dez / 2022	Dez / 2021
	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Interfinanceiros	10.990	33.152	6.666	50.808	124.987
A Prazo	105	-	34.102	34.207	30.988
Totais	11.095	33.152	40.768	85.015	155.975

10.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

Descrição	Vencimento			Dez / 2022	Dez / 2021
	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 dias a 1 ano		
LCA	329	3.923	-	4.252	9.281
LCI	3.014	-	4.133	7.147	12.744
Totais	3.343	3.923	4.133	11.399	22.025

10.3. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Depósitos	17.582	5.064
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	1.894	815
Fundo garantidor de crédito	66	77
Total	19.542	5.956

11. PROVISÕES**a) Provisão para outros passivos**

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Provisões para riscos fiscais	6.494	5.906
Provisões para processos cíveis	600	2.025
Provisões para processos trabalhistas	52	62
Total – Não circulante	7.146	7.993

As provisões trabalhistas são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos e as provisões cíveis são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram o percentual de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos que é aplicado nas causas vigentes.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referente aos processos fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
COFINS ^(I)	4.380	3.859
CSL ^(II)	1.800	1.743
Outros	314	304
Total – Não circulante	6.494	5.906

^(I) Refere-se ao questionamento depositados judicialmente.

^(II) Refere-se, basicamente, a questionamento judicial da exigibilidade de aplicação de alíquotas diferenciadas entre instituições financeiras e não financeiras, instituídas pelos dispositivos da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo, cujos valores estão sendo das Leis nºs 7.689/88, 8.114/90, 8.212/91, 9.316/96, Lei Complementar nº 70/91, Emenda de Revisão Constitucional nº 01/94 e Emenda Constitucional nº 10/96, até o advento da MP nº 1.807, de 28 de janeiro de 1999, atual MP nº 2.158-35/01.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31/12/2021	5.906	62	2.025
Constituição / (Realização)	239	(16)	(1.514)
Atualização Monetária	3	6	89
Atualização de Depósitos	346	-	-
Saldos em 31/12/2022	6.494	52	600
Depósitos judiciais (vide nota nº 8.1.)	6.469	142	618

^(I) No caso de ações trabalhistas tratam-se de depósitos judiciais recursais.

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. As principais ações judiciais do Banco Mercantil de Investimentos S.A., classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, são de natureza tributária no montante de R\$ 2.131 (R\$ 2.074 em dezembro de 2021).

12. OUTROS PASSIVOS**12.1. Sociais e estatutárias**

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar dos empregados e administradores de 2022 e 2021 e aos juros sobre capital próprio de 2022 e 2021.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****12.2. Passivos Fiscais**

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Passivos Fiscais Correntes	2.192	2.379
Impostos e contribuições sobre os lucros	659	1.648
Outros Impostos e contribuições a recolher	1.533	731
Passivos Fiscais Diferidos	4.219	3.628
Imposto de renda diferido	4.219	3.628
Total	6.411	6.007
Circulante	2.192	2.379
Não circulante	4.219	3.628

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**13.1. Capital Social**

O Capital Social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Dez / 2022		Dez / 2021	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	4.115.057	69.956	4.115.057	69.956
Preferenciais	710.143	12.072	710.143	12.072
Total do capital subscrito e integralizado	4.825.200	82.028	4.825.200	82.028
Valor nominal em reais	17,00		17,00	

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

13.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****13.3. Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos**

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas dividendo de no mínimo 25,00% do lucro líquido de cada exercício social, sendo assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10,00% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 7,00% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinada até 90% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Lucro líquido dos exercícios	9.759	3.376
(-) Reserva legal	(488)	(169)
Base de cálculo ajustada	9.271	3.207
Juros s/ capital próprio / Dividendos deliberados ou provisionados	6.973	994
Juros s/ capital próprio – Valor bruto	6.973	994
(-) IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(1.046)	(149)
Juros s/ capital próprio pagos/provisionados – Valor líquido	5.927	845

Os Juros sobre capital próprio / Dividendos por ação são conforme segue

Descrição	Valor bruto	IR	Valor líquido	Valor líquido por ação	
				Ordinária	Preferencial
Dez / 2022					
Juros sobre capital próprio deliberado ou provisionado ⁽¹⁾	6.973	(1.046)	5.927	1,207149	1,351181
Total	6.973	(1.046)	5.927	-	-
Dez / 2021					
Juros sobre capital próprio pagos	994	(149)	845	-	1,190000
Total	994	(149)	845	-	-

⁽¹⁾Em 2022 foi provisionado Juros sobre capital próprio para o Banco ainda não pagos.

13.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Dez / 2022	Dez / 2021
Número médio e final de ações	4.115.057	710.143	4.825.200	4.825.200
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	4.115.057	710.143	4.825.200	4.825.200
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	8.323	1.436	9.759	3.376
Lucro básico por ação	2,0225	2,0225	2,0225	0,6997

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

No exercício, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

14. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS**14.1. Receitas de prestação de serviços**

Referem-se, basicamente, ao recebimento de comissões de estruturação e distribuição de operações no mercado de capitais.

14.2. Despesas de pessoal

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	2.962	2.567
Encargos sociais	1.141	1.052
Benefícios	270	299
Proventos	749	976
Participação nos lucros	1.011	742
Total	6.133	5.636

14.3. Outras despesas administrativas

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Processamento de dados	65	94
Serviços de terceiros	219	298
Propaganda, publicidade e publicações	265	206
Serviços prestados – Ligadas ⁽¹⁾	3.432	1.456
Serviços do sistema financeiro	154	114
Mensalidades e taxas de associações	146	158
Seguros	298	424
Custas judiciais e cartorárias	1.525	11
Outras	225	140
Total	6.329	2.901

⁽¹⁾ Referem-se ao reembolso de custos de gestão e administração pagos ao seu controlador Banco Mercantil do Brasil S.A. por prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros (vide nota nº 15.1.).

14.4. Despesas tributárias

Referem-se, basicamente, a ISS sobre a Prestação de Serviços no valor de R\$ 79 (R\$ 142 em dezembro de 2021) e as contribuições de PIS e COFINS calculadas sobre a receita bruta, no montante de R\$ 1.111 (R\$ 817 em dezembro de 2021).

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****14.5. Outras receitas operacionais**

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Variações monetárias ativas	99	119
Recuperação de encargos e despesas	34	29
Reversão de provisões	28	64
Outras receitas ⁽ⁱ⁾	173	143
Total	334	355

⁽ⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos juros sobre o capital próprio e dividendos de exercícios anteriores já prescritos.

14.6. Reversões / (Despesas) de Provisões

Descrição	Dez / 2022	Dez / 2021
Provisões trabalhistas	10	(23)
Provisões fiscais	(239)	(159)
Provisões cíveis	1.425	(2.031)
Total	1.196	(2.213)

14.7. Resultados não recorrentes

No exercício, não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**15.1. Transações entre partes relacionadas**

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Dez /2022	Dez / 2021
Ativos	678	3.488
Disponibilidades (BMB)	463	469
Aplicações interfinanceiras de liquidez (BMB)	215	3.019
(Passivos)	(57.385)	(125.572)
Depósitos interfinanceiros (BMB)	(50.808)	(124.987)
Outros passivos	(6.577)	(585)
Sociais e estatutárias (BMB)	(6.338)	(328)
Outras obrigações (BMB/MBC)	(239)	(257)
Contas de Resultado		
Receitas / (Despesas)	(15.717)	2.250
Receitas / (Despesas) da intermediação financeira (BMB)	(12.189)	3.765
Outras receitas / (despesas) operacionais	(3.528)	(1.515)
Outras despesas administrativas (BMB) – vide nota nº 14.3.	(3.432)	(1.456)
Despesas de custódia de TVM (MBC)	(96)	(59)
BMB – Banco Mercantil do Brasil S.A.		
MBC – Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários		

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

15.2. Remuneração dos Administradores e benefícios pós-emprego

O Banco implantou, a partir de 2012, Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco Mercantil de Investimentos S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

O gasto com a remuneração dos administradores foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária datada de 22/04/2022, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 4.750.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e da Diretoria (vide nota nº 14.2.). A remuneração variável refere-se à participação nos lucros aos administradores e corresponde a R\$ 619.

Até 31 de dezembro de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de dezembro de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

15.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco integra o grupo de empresas patrocinadoras da Caixa "Vicente de Araújo" de Assistência aos Funcionários do Grupo Financeiro Mercantil do Brasil – CAVA, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 03 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de natureza social aos participantes e seus beneficiários. Em 31 de dezembro de 2022, a contribuição do Banco monta, em reais, R\$ 835,20 (R\$ 716,24 em dezembro de 2021). Não há Ajuste de Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Definido a ser registrado nesta Instituição.

Em reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 27 de julho de 2022, foi deliberado a retirada do patrocínio do Plano de Benefícios Previdenciários CAVA.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

O processo de retirada de patrocínio total do plano encontra-se em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

17. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

No Banco Mercantil de Investimentos S.A., o gerenciamento da estrutura de capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com seu controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A.

No Gerenciamento da estrutura de capital são utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial a partir de 2015. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no site do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

O controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A., optou, na forma da regulamentação em vigor, pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado, estando todos dentro dos limites permitidos pelo Banco Central do Brasil.

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, atual Resolução CMN nº 4.955/21, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de imobilização posicionou em 22,25% (31,44% em dezembro de 2021), e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 15,21% (13,83% em dezembro de 2021), perante um mínimo requerido de 8,00%, acrescido do adicional de capital principal de 2% no período de outubro de 2021 a março de 2022 e de 2,5% a partir de abril 2022. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

17.1. Razão de Alavancagem

No Banco, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

18. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

No Banco, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada em seu controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A. É realizada de forma contínua e se apoia em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento e são utilizados modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros**

Com base na Resolução CMN nº 4.924/21, os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo devem ser mensurados utilizando-se a hierarquia de valor justo conforme segue:

- Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio do resultado e de outros resultados abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados os Títulos Públicos do Governo (LFT).

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, o Banco utiliza modelos internos para estimar o valor de mercado. Esses modelos baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Cotas de Fundos.

Nível 3: Para determinados títulos, o Banco dispõe de metodologia de precificação interna que utiliza fatores de provisão atribuídos conforme política de crédito, revisados trimestralmente, e são compostos, principalmente, por Debêntures, CRI e CRA.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 1		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	215	215
Nível 2		
Operações de Crédito	73.075	73.075
Nível 3		
Títulos e Valores mobiliários	165.202	165.202
Total em 31/12/2022	238.492	238.492
Total em 31/12/2021	310.564	310.564
Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 2		
Depósitos interfinanceiros	50.808	50.808
Nível 3		
Depósitos a prazo	34.207	34.207
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.399	11.399
Total em 31/12/2022	96.414	96.414
Total em 31/12/2021	178.000	178.000

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

b) Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966

A Resolução CMN nº 4.966/21 introduziu nova regulamentação contábil para os Instrumentos Financeiros alinhada às normas internacionais de contabilidade da IFRS 9, a vigorar a partir de 01/01/2025, que trata principalmente dos ativos e passivos financeiros e resultará em importantes modificações no COSIF.

Dada a relevância das mudanças, a norma determinou às instituições financeiras elaborar e manter à disposição do Banco Central do Brasil um Plano de Implementação contemplando diagnóstico inicial dos principais impactos nos instrumentos financeiros e cronograma de implementação.

Nesse contexto, o BMI, em conjunto com seu controlador, empreendeu seus melhores esforços mediante análise e debate da Resolução CMN nº 4.966/21 com as principais áreas impactadas pela norma e formulou Plano de Implementação e enviou ao Bacen em junho de 2022.

Assim, as principais linhas de frente estabelecidas no Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966 são:

- Adaptação do Modelo de Negócios existente para a contemplar a nova classificação e mensuração dos ativos financeiros, e implementação do Teste de SPPJ.
 - Alteração do modelo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros abrangendo os ativos financeiros que atendam aos requisitos da norma.
 - Alocação dos instrumentos financeiros em três estágios com fundamento na avaliação do nível de risco, considerando a probabilidade de aumento significativo de risco do instrumento financeiro caracterizar-se como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.
 - Alterar os procedimentos contábeis notadamente: (i) a Classificação das Operações de Créditos dado o que foi estabelecido pelo Modelo de Negócios; (ii) Apropriação de juros incorridos nas operações de crédito em atraso considerando expectativa de realização; (iii) Baixa dos ativos para prejuízo conforme novas disposições da norma.
 - Adaptação dos Roteiros e Sistema Contábeis considerando dentro deste contexto as mudanças anteriormente elencadas, bem como reestruturação do COSIF em andamento, para atender a norma.
- O Banco está trabalhando para a tempestiva implementação da norma no prazo regulamentar.

c) Com base na Resolução CMN nº 4.818/20, a partir de janeiro de 2022, todas as instituições devem adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com a instituição controladora, Banco Mercantil do Brasil S.A., razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis ao Banco.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

Assim, o controlador, Banco Mercantil do Brasil S.A. divulga as demonstrações financeiras consolidadas anuais em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2022 simultaneamente às demonstrações financeiras em BR GAAP no site (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo o disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

d) O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento de 08/02/23, considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. O julgamento do STF refere-se especificamente a alguns casos de CSLL que tiveram julgamento favorável à tese, inter partes, antes de 2007. Contudo o Supremo julgou que a exação seria constitucional em 2007 e tal julgamento teve efeito “erga omnes”.

Sobre o assunto, o Banco informa que não tem qualquer decisão desse tipo (inter partes) que lhe beneficie até os dias atuais de algum tributo que lhe fora julgado favoravelmente. Assim, não há qualquer efeito que deva ser divulgado nas demonstrações financeiras do Banco ou Consolidado em virtude do julgamento realizado pelo STF.

Outras informações poderão ser obtidas no site do Controlador (www.mercantildobrasil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Henrique Andrade de Araújo - Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo – Vice-Presidente
Paulo Henrique Brant de Araújo - Secretário
Roberto Godoy Assumpção

DIRETORIA

Paulo Henrique Brant de Araujo – Diretor-Presidente
Hitosi Hassegawa – Diretor Vice-Presidente
Felipe Lopes Boff - Diretor
Luiz Carlos de Araújo – Diretor

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC-MG nº 077029/0-7

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mercantil de Investimentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil de Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2 (b) e 6)

O Banco atua, substancialmente, no segmento de crédito para pessoas jurídicas. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considera as determinações do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 2.682/99.

No atendimento dessa norma a administração do Banco exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para mensuração e definição dos riscos de crédito dos devedores.

O uso de técnicas e premissas incorretas ou a aplicação indevida da regulamentação vigentes poderia resultar em estimativa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito significativamente diferente.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Além disso, executamos testes, em base amostral, sobre: (i) a base de dados; (ii) as premissas adotadas pela administração na mensuração da provisão; (iii) a identificação, aprovação, registro e monitoramento das operações, inclusive as renegociadas; (iv) os processos estabelecidos pelo Banco para atendimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil; e (v) o confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Adicionalmente, efetuamos, em base amostral, testes sobre as premissas adotadas pela administração para a determinação dos ratings e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas

esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Reconhecimento e valor recuperável dos créditos tributários (Notas 2 (c) e 7.2)

O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro.

Para o registro e a manutenção dos referidos créditos, a administração elabora estudo de projeção de lucros tributários e de realização dos créditos tributários, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização dos créditos tributários, aprovado pelo Conselho de Administração.

Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das principais premissas utilizadas pelo Banco com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, o confronto dos principais dados históricos com as referidas projeções e análise de aderência em relação à Resolução CMN nº 4.842/20.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Provisões para passivos contingentes (Notas 2 (f) e 11)

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também, aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.

Assim, a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração do Banco.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre as bases de contingências e testes de aderência às respostas dos advogados externos.

Efetuamos testes em base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista.

Com relação aos processos individualizados, substancialmente, processos de natureza tributária, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda. Analisamos a probabilidade de perda dos processos significativos de acordo com a natureza de cada processo.

Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos relevantes, sobre a probabilidade de perda e o valor das causas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Ambiente de tecnologia de informação

O processamento das transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de tecnologia da informação, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações.

Portanto, o ambiente de tecnologia da informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e testamos a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação, controles automatizados ou dependentes de tecnologia da informação, bem como os controles compensatórios, quando aplicável.

Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e segurança de acessos a programas e banco de dados.

Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar, para fins do Banco Central do Brasil (BACEN), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 07 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do Banco Mercantil de Investimentos S.A. – “BMI”, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do BMI, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Belo Horizonte/MG, 07 de março de 2023.

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Henrique Brant de Araujo

Diretor Vice-Presidente

Hitosi Hassegawa

Diretores

Felipe Lopes Boff

Luiz Carlos de Araújo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do Banco Mercantil de Investimentos S.A. – “BMI”, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, resultante do procedimento de auditoria realizado nas Demonstrações Financeiras do BMI, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Belo Horizonte/MG, 07 de março de 2023.

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Henrique Brant de Araujo

Diretor Vice-Presidente

Hitosi Hassegawa

Diretores

Felipe Lopes Boff

Luiz Carlos de Araújo